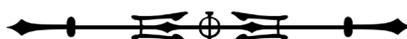


Cultura, territorialidade e desenvolvimento local: o caso da APA do rio Curiaú no Amapá

Fernando J. da Costa Santos¹

Ligia T. Lopes Simonian²



RESUMO

Neste artigo, analisa-se a relação entre cultura e desenvolvimento local na Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Curiaú no Amapá. Busca-se identificar as implicações socioespaciais a partir da existência de territorialidade(s) e sinalizar os elementos de planejamento local que assumem o fortalecimento e valorização cultural enquanto elementos relevantes para o desenvolvimento sustentável da APA, sendo esse os objetivos aqui propostos. Realizaram-se 50 entrevistas semiestruturadas, sendo 41 formais e nove informais, durante a execução de pesquisa de campo que perdurou por 35 dias. Imbricada de interesses diversos e conflitos instigantes, a relação cultura-desenvolvimento presume a identificação de territorialidades como um elemento teórico e empírico importante para o entendimento da problemática proposta, bem como, balizar o que se tem de planejamento local para se garantir a qualidade de vida da população afrodescendente ali resident. Como resultado notou-se que a relação entre cultura e desenvolvimento nesta UC é deficiente e fragilizada, tanto do ponto de vista das estratégias do governo estadual, quanto das ações que surgem endogenamente por parte das comunidades envolvidas.

Palavras-chave: Cultura. Territorialidade. Desenvolvimento Local. Unidade de Conservação. Curiaú, AP.

¹ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/ Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da rede municipal de ensino de Belém-PA. E-mail: santos.fcosta@gmail.com.

² Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA); atua no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (PPGDSTU), no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento (PPGGPD) e coordenas os trabalhos preliminares do Museu do Açáí (MAÇAÍ). E-mail: simonianl@gmail.com.

ABSTRACT

In this article, it is analyzed the relationship between culture and local development in the Area of Environmental Protection of the Curiau River in Amapá. Yet, it is intended to know how socio-spatial implications since the existence of territoriality(ies) and to signalize the elements of local planning that assume the cultural strengthening and the valorization while being relevant to the sustainable development of the Area of Environmental Protection, being these the objectives here proposed. It was done 50 semi structured interviews, being 41 formals, nine informals, during the execution of the field work that perdured for 35 days. Entangled by diversified interests and by persistent conflicts, the culture-development relationship presume the identification of territorialities as one theoretical element and an important empiria to the understanding of the proposed problematic, as well as, to mark what one have of local planning to guarantee the life quality of the population afrodescendence that resides there. In the results, it was noted that the relationship between culture and development in that UC is deficient and fragilized, both by the viewpoint of the State government's strategies, as those actions that emerge endogenousment within the involved communities.

Keywords: Culture. Territoriality. Local development. Unity of Conservation. Curiau, AP.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, discute-se a questão do desenvolvimento em Unidades de Conservação (UC) a partir de uma análise territorial na qual a dimensão cultural local é variável imprescindível para alcançar-se a sustentabilidade. Neste sentido, investigou-se a relação dada entre cultura e desenvolvimento local na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Curiaú no Amapá³ e suas devidas reproduções de territorialidades. Portanto, aborda-se a dimensão cultural das comunidades⁴ residentes na APA como um constructo humano indissociável na reprodução do desenvolvimento local sustentável.

Neste ponto, é importante discutir que a noção de comunidade implica em uma realidade com desdobramentos múltiplos e, quase sempre, tensas, senão conflituosas ou mesmo violentas. Aliás, em artigo de Simonian (2005), percebe-se o quão contraditórias podem ser as comunidades, isso a ponto de entrarem em disputas perigosas. Mas, certamente, um tal desdobramento não é dominante.

Como bem observa Sachs (1993), a noção de sustentabilidade não se limita apenas à problemática ecológica e ambiental. A mesma possui cinco dimensões: ecológica, econômica, social, espacial e cultural. Nesta perspectiva, e de acordo com Buarque (2006), Matus (1989) e Putnam (1996), o desenvolvimento é resultado da operacionalização de um planejamento estratégico-situacional no qual a análise das variáveis diversas a serem trabalhadas⁵ segue a dinâmica social vivida naquele momento no território.

Assim, o desenvolvimento decorre de um ambiente cultural e político favorável e expresso por uma mobilização e convergência forte dos atores sociais da(s) comunidade(s). Isto está relacionado a determinadas prioridades e orientações básicas direcionadas para o bem-estar coletivo. Por este motivo, o desenvolvimento local depende da capacidade de os atores e a sociedade local (stakeholders) se estruturarem e se mobilizarem com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural.

Para definir e explorar as prioridades específicas, em um contexto de desenvolvimento local, dá-se ênfase à formação de territorialidades múltiplas. Destarte, cada parcela da sociedade, ou até mesmo o indivíduo, traz consigo suas projeções subjetivas de desenvolvimento territorial. Porém, como bem lembra Simonian (2012)⁶, no mais das vezes a coletividade sobressai-se quando os direitos territoriais e os recursos naturais são coletivos.

Território e territorialidade são constructos socioespaciais que refletem o poder humano na dominação ou na apropriação⁷ da natureza. Estes se desdobram ao longo de um continuum

3 Para fins de esclarecimento e definição precisa do objeto de estudo deste artigo, considera-se a APA do Rio Curiaú como categoria de UC, conforme estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil.

4 A pensar-se como Simonian (2005, p. 122), em caráter “des”romantizado do conceito proposto por Frei Betto (1981): “[...] comunidade implica em união, cooperação e fraternidade de seus integrantes, quer estejam espacialmente próximos ou não [...] mas, há de se considerar as tensões, conflitos e violência que permeiam tais comunidades”.

5 A prazos longo, médio e curto.

6 Conforme comunicação pessoal a F. Santos em 2012, essa autora tem trabalhado com direitos territoriais de indígenas e extrativistas, que no Brasil são assegurados constitucionalmente e em outros estatutos legais.

7 Lefebvre (1986, apud HAESBAERT, 2004) explica que a apropriação possui uma conotação mais simbólica, enquanto que a dominação apresenta característica formal ou funcional.

que vai da dominação politicoeconômica mais concreta e funcional, à apropriação mais subjetiva e/ou simbólica (HAESBAERT, 2004). Para Sack (1986), a territorialidade não é, como um componente do poder, apenas um meio para criar e manter a ordem. Ela atua como estratégia para criar e manter amplo constructo geográfico, por meio do qual os sujeitos experimentam o mundo e o dotam de significados.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁸, as UC são territórios com características naturais relevantes. São legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e com limites espaciais bem definidos, sob regime especial de administração. Às UC se aplicam garantias adequadas de proteção. Como se depreende do SNUC (2000), as UC são subdivididas em Unidades de Proteção Integral (UCPI) e Unidades de Uso Sustentável (UCUS); enquanto tipologia de UCUS, formalizam-se as APA; seu objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos naturais.

A APA do Rio Curiaú está localizada ao norte da cidade de Macapá/AP, exatamente no limite urbano setentrional da capital do estado. Criada em 15 de novembro de 1998, é gerida pelo governo estadual, de acordo com os termos da Lei Estadual n. 431, de 15 de setembro de 1998. Segundo Amapá (2010) e dados coletados em campo, ela possui uma área de 21.676 ha, a qual abrange seis comunidades locais: Curiaú de Dentro e de Fora⁹, Casa Grande, Mocambo, Curralinho, Pirativa e Pescada.

O Decreto 1419/1992 tombou a vila do Curiaú, tornando-a patrimônio cultural do estado do Amapá. Ainda, a mesma constituiu-se localidade remanescente de quilombo, por meio do Título de Reconhecimento n. 1/99 outorgado pela União a partir da Fundação Cultural Palmares. A área em questão tem 3.321,89 ha (Mapa 1), e ainda neste ano de 2012, duas outras áreas foram reconhecidas como quilombolas e que também interferem na delimitação da APA, como se pode observar no Mapa 1.

Em meio às diferenciações socioespaciais múltiplas de cunho preponderantemente cultural (CLAVAL, 2001; LÉVI-STRAUSS, 1962; MEDEIROS, 2009; SIMONIAN, 2005), cada comunidade em seu território tem parâmetros de felicidade diferentes. Appadurai (2002) denomina tal possibilidade como “imagined worlds”. Felicidade esta que seria traduzida, conforme Leff (2003), enquanto contemplação fiel de qualidade de vida e bem estar social coletivo e individual, a qual remete a um mundo imaginado construído por, e a partir de relações interpessoais com a outridade¹⁰.

Com efeito, uma vez entendida virtuosamente tal heteronomia entre os próprios atores internos e externos à APA, torna-se mais fácil interagir com a coletividade. Isso pode ser feito primeiramente pela identificação minuciosa de seus interesses, de suas territorialidades,

8 O SNUC atual data de 2000.

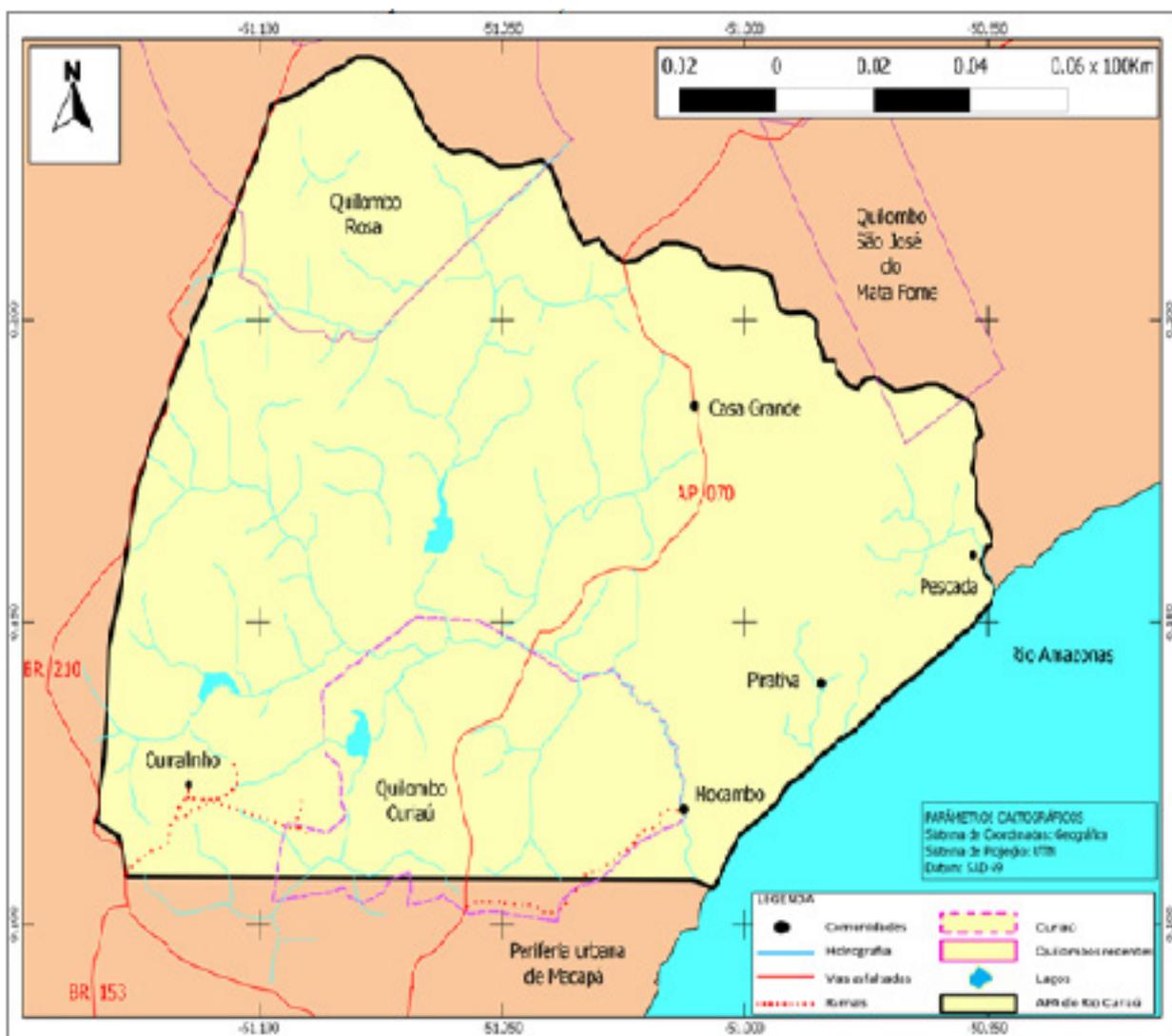
9 Considerar-se-á como a área correspondente ao quilombo, pois, essas não são localidades diferentes; o que existe é uma diferenciação socioespacial estabelecida pelos próprios moradores dali e porque, também, a Associação de Moradores do Quilombo do Curiaú (AMQC) é quem articula legalmente as tomadas de decisões nessa área.

10 Basicamente para Leff (2003), a outridade se refere à condição de interação social e ambiental com os “outros”. Para ele, o ambiente “[...] é o outro complexo na ordem do real e do simbólico, que transgride a realidade unidimensional e sua globalidade homogeneizante, para dar curso ao porvir de um futuro sustentável, atraído pela relação com o outro e aberto a um processo infinito de criação e diversificação” (LEFF, 2003. p. 38).

a fim de consolidar uma ferramenta ética potente de planejamento, gerando a confiança mútua entre os envolvidos (BUARQUE, 2002; COSTA, 2009; MATUS, 1989; PUTNAM, 1996; SILVA, 2011; SILVA, SILVA, 2009; VIERTLER, 1999). Então, por este caminho, é possível produzir desenvolvimento abrangendo parcela maior das comunidades.

Como suporte empírico, lançou-se o olhar investigativo na identificação de quais as implicações socioespaciais, em suas dimensões política, econômica, ambiental e cultural, são evidenciadas. Isso a partir da existência de expressões múltiplas de territorialidade na APA em questão. Por outro lado, foi também necessário analisar e identificar como e quais os elementos de planejamento local assimilam, via implementação de políticas públicas, o fortalecimento e valorização cultural enquanto relevante para o desenvolvimento sustentável da APA Rio Curiaú.

Mapa 1: Localização da área de estudo



Fonte: Autoria de F. Santos (2012).

Aprender cientificamente isto tudo pressupôs visitas na APA do Rio Curiaú, quando foi possível a realização de algumas entrevistas semiestruturadas. Fez-se isto com líderes comunitários, moradores locais, representantes institucionais e certo contingente de

população flutuante. Teve-se por base aquilo que a literatura possibilita interpretar sobre cultura, territorialidade, desenvolvimento, UC, registros da história local, tudo para a produção de um constructo científico capaz de corresponder às problemáticas que emanam deste território.

Enfim, busca-se entender os modos sutis, porém, complexos e profundos pelos quais as vidas individuais refletem e impactam os contextos de experiências sociais. Tais possibilidades são fundamentais para que se inicie uma trajetória de desenvolvimento. Isto é bem verdade a considerarem-se as esferas econômica, política, ambiental e sociocultural, nas escalas micro ou macro da realidade.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O conceito de cultura

Inicialmente, é de se ressaltar que o conceito de cultura assume definições incontáveis no meio científico. Inerente a qualquer sociedade humana, a cultura pode ser um referencial de natureza tanto inconsciente quanto consciente que preside as modalidades mais significativas do comportamento dos seus portadores (VIERTLER, 1999). Imbuída de referenciais mentais que dão sentido ao comportamento social dos indivíduos, associada a manifestações materiais e espirituais, a cultura oferece um panorama de estilos (*modi vivendi*), valores e aspirações dos mais diversos, os quais antecedem a organização da sociedade.

Parece claro para alguns autores que a discussão atual sobre a dimensão cultural perpassa pela dinâmica antagônica, embora complementar, do processo de globalização, ora homogeneizante, outrora, ou concomitantemente, heterogeneizante (APADDURAI, 2002; CABALLERO-ARIAS, 2007). Dentro desta perspectiva, Garcia-Canclini (2007, p. 41) percebe a cultura como um conjunto de processos sociais de significação, ou acuradamente, ao “[...] conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”. Assim sendo, a cultura é um produto intrinsecamente produzido a partir das significações dadas pelo ser humano a seus semelhantes e a seu entorno¹¹.

A lembrar Geertz (1973) quando afirma que o ser humano é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, a cultura permite o estabelecimento de uma ciência interpretativa em busca do significado. Esse constructo defendido pelo autor delineia que toda ação humana possui uma intencionalidade. Portanto, a mesma tem um significado ou um efeito cultural, tanto para quem pratica ação quanto para quem a recebe. Neste ponto, é de lembrar-se que tal ação tem uma conexão com o meio natural, na região amazônica, que é pleno de biodiversidade.

Ao fazer uma revisão derivada da chamada sociologia da consciência, Collins (2009) revela que os objetos são o que são socialmente, em virtude da estrutura simbólica a eles conferida (processo de significação). Nestes termos, é humanamente impossível agir-se sem objetos e seus significados. A tudo é atribuído referências/representatividade e estas são eminentemente produções simbolicoculturais.

11 Isto tem um movimento e é consumido segundo as significações dadas também pela outridade.

Ainda, há de afirmar-se que é enfática a argumentação de que as regras sociais têm valor na perspectiva da convivência civil humana (BELLO, 2004). De fato, toda cultura tem regras sociais, sendo que estas são estabelecidas por um relacionamento intersubjetivo, que leva em conta o respeito na relação com os outros. Neste sentido, a cultura faz-se de um pool de referências mentais, mas também com certa base em produtos culturais materiais, a denominada cultura material.

Tais referências podem ou não engendrar manifestações materiais por meio da criatividade dos indivíduos humanos, isso conforme o contexto em que se encontrem. Como já destacado por Viertler (1999), tal pool está sujeito a alterações constantes na medida em que, enquanto um conjunto de referenciais de hábitos, padrões cognitivos e características emocionais, preside a ação dos seres humanos. Porém, note-se que isso é muito variável no decorrer da vida social.

A questão da territorialidade

A territorialidade é a expressão de poder que eclode das conjecturas políticas, econômicas, culturais e ambientais de cada indivíduo ou coletividade, materializando-se (ou não) no espaço geográfico. A retomar Claval (1999), o território é uma aposta entre poderes, disputado, apropriado, ameaçado, povoado, explorado. Integra uma dimensão natural (base material), uma dimensão sociopolítica (sistemas de controle e apropriação) e uma cultural, que expressam a carga simbólica de grupos ou indivíduos que nele capturam uma parte ou a totalidade de sua identidade.

Aliás, desde muito que as populações tradicionais ou mesmo outras têm se deparado com questões políticas ligadas à expropriação territorial, à opressão e mesmo à violência política. Vejam-se os exemplos do seringueiros de décadas passadas (ALLEGRETTI, 2002), dos indígenas de todo o mundo (NASH, 1995), as lutas contra o colonialismo interno, a exemplo do México, como os que vivem “[...] en la cuenca del río San Pedro en Nayarit, México” (REA RODRIGUEZ, CEBALLOS CHAVEZ, VILLASENOR PALACIOS (2015, título) etc. Nestes termos, as lutas políticas entre as populações tradicionais são quase inglórias, mas a sua maioria encontra-se envolvidas com processos de resistência.

Sob um prisma mais ontológico, Raffestein (1993) julga o espaço geográfico enquanto “prisão original” e o território como produto da ação humana sobre essa prisão fundante. Nesta direção, é imperativo entender como o espaço está em posição que antecede o território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator ou ser humano que imprime seus direcionamentos sociais em qualquer nível. Direcionamentos estes que partem da apropriação concreta ou abstrata (dimensão simbólica) de um espaço, inaugurando, então, o processo chamado “territorialização”.

Em outro ponto de vista, Corrêa (2006, p. 44) chama o espaço geográfico de “[...] morada do ser humano [...]” e de “[...] multidimensional”. Ainda, destaca a concepção do espaço como locus da reprodução das relações sociais de produção, caracterizando uma sistematização da organização espacial no mundo, ou da estrutura territorial, da configuração espacial, do arranjo espacial. E sintetiza que a organização espacial é o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos na superfície terrestre, constituindo a materialidade social.

Balizador importante acerca do que se entende por território, Souza (2006, p. 78) fundamenta-o enquanto “[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”, funcionando como instrumento de exercício do poder de um grupo. Note-se que neste ponto, o poder é uma propriedade coletiva. Quando analisadas as dimensões política e cultural da sociedade, o território assemelha-se a um “campo de forças”,

[...] uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 2006, p. 86).

Por isso, os territórios que são primordialmente relações sociais projetadas no espaço, e mais que espaços concretos, podem formarem-se e dissolverem-se em tempos curtos, originando o que o autor chama de territorialidades flexíveis ou móveis.

Ao prosseguir com a amplitude conceitual, Saquet (2009) afirma, em diálogo com autores diversos, que espaço e território não estão separados. Suas relações de poder multidimensional (campos de força econômicos, políticos e culturais), a construção histórica e relacional de identidades, e o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) são processos essenciais. E são eles que caracterizam o território.

Deste modo, toda cultura se relaciona, para além de um discurso, em uma modalidade de territorialidade “[...] compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira” (BONNEMAISON, 2002, p. 99). Segue-se daí, que um território é coisa bem diferente de um espaço fechado, protegido por uma fronteira, com limites físicos ou políticos. No fundo, ele é muito mais um “núcleo” do que uma muralha e um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão do estrangeiro.

Em sentido mais enfático, Haesbaert (2009; 2004; 2002) observa o território nas dimensões jurídica e política, econômica e culturalista ou simbólica. A primeira é composta por delimitações e controle de poder, especialmente a de caráter estatal e econômico. A segunda é dada principalmente pelas relações de mercado ou capital-trabalho. Enquanto que a terceira é vista, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

O enfoque científico sobre a questão da territorialidade revela as expressões diversas de poderes intrínsecos à APA estudada, pois as UC correspondem a um espaço permeado por múltiplas territorialidades (COELHO et al., 2009). Esta situação aponta conflitos eventuais entre os sujeitos os mais diversos que tentam imprimir sua territorialidade de modo mais incisivo em busca da própria sobrevivência. Destarte, é crucial perceber como as territorialidades múltiplas estão imbricadas e indicam o poder que sobrepõem-se a outros poderes¹².

Desenvolvimento local

No âmago das discussões sobre desenvolvimento em que são projetados modelos pelos quais as ideias de progresso e de crescimento econômico impostas de cima para baixo são elementos centrais, alijando ou

12 Seja do ponto de vista do controle do Estado que administra a APA, das comunidades que residem ali ou outras instituições que também lançam olhares e ações sobre esta UC.

desrespeitando as potencialidades locais, ganha força o conceito de desenvolvimento local (endógeno). Tal endogenia tem origem na década de 1970 e ganha força na década de 1990, principalmente devido ao conhecimento das causas da variação dos níveis de crescimento de regiões e territórios diversos. Não obstante, estes apresentem as mesmas condições em termos de fatores produtivos.

O desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas do território, visando à consolidação de um desenvolvimento genuinamente local e criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de atividades produtivas novas (MORAES, 2003). Pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento centrado nas comunidades locais, rurais e urbanas. Estas poderão passar a desenvolver estratégias e criar ou captar meios para implementar processos permanentes de mobilização, organização e internalização de capacidades, competências e habilidades da comunidade.

É originário da mobilização de forças sociais solidárias e inteligentes, quando a comunidade transforma-se no próprio sujeito do desenvolvimento no seu espaço de vida (MORAES, 2003; VÁZQUEZ-BARQUERO, 2002), ampliando suas margens de manobra e autonomia nas decisões a respeito de seus destinos. Assim, de acordo com Silva (2009), pode-se identificar duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno. A primeira – econômica –, na qual os grupos empresariais locais utilizam sua capacidade organizativa e produtora para se beneficiarem dos fatores produtivos da região e a segunda – sociocultural –, onde os valores e as instituições locais são a base para o desenvolvimento.

Neste sentido, Buarque (2002, p. 25) considera o ‘desenvolvimento regional endógeno’, como “[...] um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Na mesma direção, Muls (2008, p. 8) apresenta o território como “[...] sujeito da ação coletiva em prol do desenvolvimento econômico local”. Logo, o desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida.

É pelo viés da solidariedade, integração social e cooperação local que a sociedade civil pode ser considerada como o agente principal de modernização e transformação socioeconômica num território (BOISIER, 1997; COELHO et al., 2009). Contudo, a dialogar com Sachs (1993), o desenvolvimento não tem somente a dimensão econômica. Sin embargo, possibilita também progressos sociais no modo de se relacionar com o ambiente (dimensão socioespacial), de comprometimento cívico (dimensão política) e de valorização cultural (dimensão simbólica).

As Unidades de Conservação e as Áreas de Proteção Ambiental

A história da humanidade mostra que, frente ao desafio da sobrevivência, os interesses práticos na utilização e proteção de recursos naturais existem desde os primórdios. Mediante a uma sucessão de relações entre sociedade e ambiente geograficamente situadas, a natureza tem sido bastante alterada ao longo dos tempos. Isto acarreta frequência e magnitude crescentes de fragmentação dos habitats e de perda da biodiversidade.

De modo geral, as UC são internacionalmente denominadas Áreas Protegidas (AP) (ARAUJO, 2007). Precisamente, elas são conceituadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) como uma área de terra e/ou mar dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados. É, também, manejada por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos. A IUCN categoriza tais áreas por critérios científicos, o que é referência global para a criação de sistemas nacionais de áreas protegidas.

As contribuições das UC para as sociedades incluem a manutenção de processos ecológicos

essenciais e da capacidade produtiva dos ecossistemas, preservação da biodiversidade, salvaguarda de habitats críticos. Isto está somado à preservação de características históricas e culturais de importância para estilos de vida de populações tradicionais (ARAUJO, 2007). Além das oportunidades para o desenvolvimento local, investigação científica, educação, capacitação, recreação e turismo, e provisão de bens e serviços ambientais.

A criação do Parque Nacional de Yellowstone, em março de 1872, marca o nascimento do conceito de UC modernas. Sua origem histórica é marcada por duas vertentes: uma altruísta e a outra mais centrada nos potenciais econômicos e turísticos da região (ARAUJO, 2007; CASTRO JUNIOR et al., 2009; DIEGUES, 1994; MEDEIROS, 2006). Independentemente, a ideia de parque nacional consolidou-se nos Estados Unidos da América (EUA) e espalhou-se rapidamente para o mundo inteiro.

No final do século XIX formaram-se duas correntes distintas de conservação do mundo natural: a corrente preservacionista e a conservacionista. Conservar seria praticar o bom uso dos recursos naturais, e preservar seria defender a wilderness, por seu valor próprio, contra qualquer intrusão (ARAUJO, 2007; CASTRO JUNIOR et al., 2009), quer de indígenas ou outros moradores. Tal contraste invadiu o cenário político nos EUA, o que resultou em criação de diferentes áreas protegidas alinhadas a uma das correntes: florestas nacionais “conservacionistas” e/ou parques e refúgios “preservacionistas” de vida silvestre.

Existiu algum tipo de preocupação ambiental ainda no final do período imperial até o início da década de 1930 (ARAUJO, 2007; CASTRO JUNIOR et al., 2009). Dentre os avanços na política ambiental, na época, destacam-se a aprovação do Código das Águas, do Código Florestal, do Código de Minas, do Código de Caça e Pesca, entre outros. Mas é no âmbito da Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (CBPRONA), em 1934, que inicia a pressão sobre o governo federal para a criação de um SNUC no país.

Durante o período do governo militar (1964-1985), tem-se no Brasil, um incremento político e institucional grande, no que se refere aos mecanismos de gestão do meio ambiente. Houve, portanto, a descentralização do Ministério da Agricultura – que até então era o responsável pela execução das políticas ambientais – com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal¹³ (IDBF), em 1967. A Secretaria Especial de Meio Ambiente¹⁴ (SEMA) foi criada em 1973, e coordenou a chamada Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) lançada pelo governo de Ernesto Geisel, a qual prevê a implantação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

O último instrumento relevante da política ambiental brasileira criado durante no regime militar foi o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Este se tornou, a partir da redemocratização do país, o órgão máximo do SISNAMA e condutor da PNMA, exercendo papel fundamental na discussão e elaboração das políticas públicas afins. Nesse ínterim, é importante ressaltar que a Constituição de 1988 consagrou a questão ambiental, mormente na diretiva do artigo 225; e, também, a parceria institucional realizada entre IBAMA e Ministério Público (MP), que permite uma alternativa forte para punição de crimes ambientais.

13 O atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

14 O presidente José Sarney criou, em 1985, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, decompondo a estrutura da SEMA. Desde 1999, esse ministério foi transformado em Ministério do Meio Ambiente, atual MMA.

Outro instrumento jurídico fundamental ao trabalho de conservação foi a Lei 9985/00, que instituiu o SNUC. Este sistema organizou a gestão de unidades de conservação no país, regulamentando suas diversas categorias e seus objetivos de conservação. Permite a participação democrática na gestão das UC, sem enfraquecer o papel do Estado (ARAUJO, 2007; CASTRO JUNIOR et al., 2009), pois este se impõe em ordem prioritária de ter o controle sobre o território e conseqüentemente sobre os recursos ali existentes.

Em suma, as UC envolvem intencionalidades e estratégias (territorialidades) estreitamente relacionadas entre si. Toda constituição de uma nova unidade de conservação implica alterações nas relações entre grupos sociais e desses grupos com o ambiente, num processo recíproco em que a proteção ambiental é socialmente construída (COELHO et al., 2009; SIMONIAN, 2010; SIMONIAN, PINTO, CAMPOS, 2007). Portanto, as UC não são apenas territórios construídos pelas práticas sociais, elas influenciam e transformam essas práticas, numa configuração mutável, conflituosa e complexa de relações sociais.

Nesta direção, Batista e Simonian (2013) reforçam as “quedas de braço” que envolvem a sustentabilidade em UC. Falta de planejamento, falhas de articulação entre os sujeitos, ingerências internas e externas, entre outras questões, apontam para a timidez (ou semifracasso) com que o desenvolvimento local é posto numa RESEX. Neste sentido, pode-se afirmar que a referida insustentabilidade em Área Protegida acompanha com certa similaridade os ocorridos na APA do Rio Curiaú, o que projeta cenários imperativos de incerteza e ineficiência na garantia de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

No Amapá, os instrumentos políticos que dão suporte legal à gestão do meio ambiente têm início a partir da década de 1980, como desdobramento da política ambiental brasileira. Relativo ao Curiaú, antes mesmo de ser APA, a este espaço foi atribuído a categoria de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e, em 1990, foi estabelecida como Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural (ARIEC). Enquanto APA, esta porção norte da cidade de Macapá foi assim em 28 de setembro de 1992.

CULTURA, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO NA APA DO RIO CURIAU

A APA do Rio Curiaú é produto exemplar de esforços engendrados pela sociedade contemporânea no sentido de amenizar, reduzir ou controlar o ímpeto humano em sua relação com o ambiente necessário à sobrevivência. Deste modo, antes de ser uma APA acompanhada de todo seu arcabouço jurídico-administrativo, o qual rege (ou pelo menos tenta) as intervenções de ordem política, econômica, ambiental e sociocultural neste espaço, esta o é eminentemente constructo histórico de sujeitos engajados na (re)produção social. E isto se dá a partir de referenciais (espaciais e simbólicos) que lhes são ímpares.

Situada ao norte da capital Macapá, no estado do Amapá, este espaço engendra um valor histórico e cultural inestimável, por apresentar como característica principal a valorização e fortalecimento das tradições quilombolas. Não obstante os desafios que emanam desta sobrevivência. Desafios estes que se intensificam, de acordo com Santos (2002), em tempos atuais de globalização perversa.

A APA em questão é um espaço diferenciado pela sua origem afro. Seus aspectos culturais,

principalmente, anunciam uma riqueza incomparável e convergem para um fortalecimento das seis comunidades ali territorializadas. Apesar disso, existem conflitos internos e externos capazes de enfraquecer ou desarticular o engajamento cultural de seus residentes, o que inclusive, é reconhecido por muitos das e dos habitantes dessa área.

Como prevê o SNUC vigente, esta APA possui um Conselho Gestor (CONGAR) presidido por um representante do governo estadual e mais 15 conselheiros que representam os interesses de comunidades locais e instituições governamentais e não governamentais. Este CONGAR delibera as ações que serão aplicadas na APA, e cada decisão indica a materialização do processo democrático ao qual foi submetida as intenções dos grupos locais interessados. Este instrumento de gestão carrega consigo um conteúdo que se expressa em conflitos, principalmente no momento das reuniões deliberativas, o que reflete, então, a manifestação das territorialidades que cada membro no Conselho representa¹⁵.

Somadas à constatação *in locus*, outras territorialidades lançam-se sobre a APA, tais como parceiros para realização de festas, para realização de projetos, empresas, outras secretarias do estado e do município e outras instituições são comumente identificadas em algumas intervenções diretas e indiretas neste espaço. Tudo depende da especificidade de cada atividade a ocorrer e do interesse específico destes grupos externos ao controle do CONGAR. Assim, em campo, identificaram-se exemplos destes grupos¹⁶. Aliás, são rotineiras as tomadas de decisões de grupos externos ao CONGAR. Muito embora toda e qualquer intervenção deva passar pelo Conselho. Logo, denotam-se mais uma vez os conflitos de ordem política, econômica, sociocultural e ambiental.

Nas pesquisas de Brito (2003) e de Brito e Drummond (2007), embora seja reconhecido um amadurecimento das comunidades e da própria SEMA/AP quanto à conservação da natureza, da melhoria da qualidade de vida e da preservação da cultura local, o que se tem hoje provoca um embate árduo. O âmbago deste é o próprio processo de acumulação acelerada de capital que obriga a tudo tornar-se mecanismo de mercado, seja local, regional, nacional ou internacional. Portanto, como o espaço da APA é estratégico para a reprodução mercadológica, devido sua disponibilidade grande de recursos ambientais e socioculturais distribuídos ao longo dos 21.676 ha, aguçam-se os interesses individuais e coletivos de grupos sociais diversos, os quais reificam suas territorialidades.

Na dimensão cultural, os moradores mais antigos lutam pela valorização e fortalecimento simbólico, principalmente pela permanência das festas religiosas tradicionais acompanhadas da musicalidade de origem afro: batuque e marabaixo. Lutam, pois, a exemplo da reprodução da Territorialidade

15 Em campo, observou-se a composição das cadeiras no CONGAR: Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMVQC), Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú (AMQC), Associação dos Moradores de São Francisco da Casa Grande (AMSFG), Associação dos Moradores da Comunidade Currallinho (AMCC), Câmara de Vereadores, Curiaú Atlético Clube (CAC), Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), Representante da localidade Extrema, Representante da localidade Curiaú de Dentro, Representante da localidade do Curiaú de Fora, Representante da comunidade Mocambo, Secretaria de Turismo do Amapá (SETUR), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/AP), Secretaria de Estado da Cultura do Amapá (SECULT) e União dos Negros do Amapá (UMA), com presidência assumida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

16 Amapá Florestal e Celulose (AMCEL), Associação Cultural e Social Placa (PLACA), Associação de Agricultores Familiares Agroextrativistas do Rio Pirativa (AAERP), Instituto do Meio Ambiente e do Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério Público do Estado do Amapá (MP/AP), Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes (SEAFRO), entre outros.

Brega¹⁷, observa-se uma confusão ampla na paisagem local e em outras materializações¹⁸. Neste caso, a existência de atributos culturais inter-relacionados e compreendidos na produção artística da musicalidade afro, na manifestação simbólica da dança e nas práticas festivas locais, representam “[...] fontes de significados [...]” (CASTELLS, 2003, p. 79) para os atores sociais envolvidos no processo de valorização e fortalecimento cultural.

Durante a ocorrência do CONGAR, presenciou-se que a referida manifestação da Territorialidade Brega na APA é pauta complexa. De um lado, conselheiros defendem as festas de brega como mecanismo de arrecadação e, de outro, os que lutam para manter suas tradições, opondo-se a qualquer tipo de manifestação que não colabore com o fortalecimento e valorização da cultura local. Daí a necessidade de um planejamento coeso, articulado e inteirado da realidade vivenciada na APA, pois, as demais dimensões (política, econômica e ambiental) dependem diretamente do entendimento sociocultural local pleno.

No âmbito político, no sentido das articulações comunitárias para defender seus interesses perante as intervenções externas e internas na APA, a existência de cinco associações regulares denota um engajamento cívico potente. E, por isso mesmo, as territorialidades não se impõem facilmente. Isso dependerá sempre das interações coletivas focando o bem estar mútuo entre as partes, o que raramente ocorre. Com tal desdobramento, tais articulações revelam muita fragilidade.

É interessante argumentar que a densidade alta de capital social aqui não depende do nível de escolaridade ou da inserção político-partidária, mas de todo um arcabouço simbólico e cultural que é repassado de geração em geração, frutos da resistência afro. Talvez, por este motivo, é que as seis comunidades não incentivam candidatura oficial local alguma para um cargo de vereador, deputado, prefeito ou governador. Existe sim engajamento partidário de alguns, mas restrito a cargos de coordenadoria e afins, por exemplo.

Na dimensão econômica, a vocação natural é de atividades primárias como agricultura, extrativismo e pesca, uma criação de gado, produção de farinha e de açaí¹⁹ pequenas. No entanto, a capacidade produtiva baixa e a lucratividade igualmente baixa incentivam o desdobramento de outras atividades mais rentáveis por parte dos moradores locais, como a promoção de festas, a construção de bares, restaurantes e pequenos comércios, a produção artesanal e a criação de bubalinos (*Bubalus bubalis*). Outrossim, a problemática se instaura na questão sobre o que negociar com o mercado, principalmente quando da complexidade de se produzir sustentabilidade.

Dentro deste contexto, a retomar que antes de gerir, há de se planejar para que o fim seja sempre a felicidade, ou melhor, o próprio desenvolvimento da maioria. Um dos elementos fulcrais, por parte da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas, seria

17 O conceito de Territorialidade Brega advém do trabalho de Santos (2010) pelo qual entende-se que a (re) produção da Musicalidade Brega é oriunda da periferia urbana da cidade de Belém/PA simboliza e materializa um constructo territorial que são as chamadas Festas de Brega (COSTA, 2007; SANTOS, 2010).

18 Para efeito deste artigo, a questão da Territorialidade Brega é citada como um dos exemplos de práticas conflituosas dentro da APA. Para esclarecimentos e definições de outras materializações também importantes para compreensão da luta local por permanência das tradições, conferir Santos (2012).

19 Identificações científicas das espécies ora referidas: *Bos taurus taurus*; *Manihot esculenta* Crantz; *Euterpe oleracea* Mart.

considerar a cultura local enquanto imprescindível. Sem dúvida, vincular a tais procedimentos a percepção econômica, política, cultural e ambiental dos moradores mais antigos, tanto da área de várzea quanto de terra firme, poderia ser um ponto de partida dos projetos que possam garantir qualidade de vida, bem estar e justiça social.

Contudo, como constatado em campo, não basta somente priorizar o fomento financeiro para elaboração das festividades tradicionais, ou de outras culminâncias artísticas ao longo do ano e mesmo valer-se de um tombamento que só existe em lei, salvo a “cultura” de preservação intracomunitária praticada em Curiaú pelos originários dali. É preciso, pois, projetos estrategicamente articulados, com efetividade ampla na valorização e fortalecimento cultural e com monitoramento incisivo. Afinal, execução monitorada de projetos, e não planos de manejo, são condições sine qua non para o desenvolvimento.

As articulações estratégicas demandam a participação qualitativa dos sujeitos (ou atores) envolvidos. Como o governo do estado do Amapá é quem coordena as ações na APA por meio da SEMA-AP, este poderia (re)iniciar um diagnóstico para elencar a qualidade dos que participarão das tomadas de decisões. Isso porque, da maneira com que se estabelece o CONGAR atualmente não se tem muito a certeza da eficiência para a resolução de problemas e mediação de conflitos internos e externos ao próprio Conselho e a esta UC.

Por outro lado, a superposição jurídica e institucional APA/TQ que deveria caracterizar um constructo positivo na administração e na criação de condições favoráveis para o desenvolvimento local, também está permeada de entraves. A maioria dos residentes é de origem afro e as características quilombolas são indiscutíveis. Quando indagados sobre as vantagens de viverem em uma AP ou TQ, os mesmos remetem-se a argumentações que constituem muito mais o vínculo à categoria TQ.

De modo semelhante, a SEMA-AP em suas ações (ou ausências delas) está longe de assegurar o *modus vivendi* ou *operandi* dos afrodescendentes, não obstante sejam apontados tais residentes como quilombolas. A reprodução incontrolada de festas de aparelhagem, de bares, restaurantes e comércios com finalidades essencialmente lucrativas na APA são testemunhas disso. Destarte, ressalta-se mais uma das incoerências socioterritoriais a ser superada.

Desta maneira, outras aproximações institucionais poderiam encontrar um cenário político e estrutural favorável a parcerias mais nevrálgicas e não pontuais como as de hoje, com destaque às oficinas de batuque e marabaixo executadas pela PLACA. Todavia, para isso, é igualmente providencial a capacitação profissional da juventude local para que se acompanhe um processo de desenvolvimento compactado, com envolvimento da maioria. A incorporar seletiva e estrategicamente a cultura exterior.

CONCLUSÕES

Todo este complexo relacional entre humanidade e natureza traduz-se em apropriação socioespacial na condição de território. Assim, a maneira de a(s) territorialidade(s) se impor(em) confere(m) o grau de intervenção/alteração no ambiente. E, em tempos de evocação da sustentabilidade em meio à voracidade mercadológica da economia capitalista, compreender os conteúdos e os modos de suas interposições são tarefas incessantes para que se pratique a equidade social e, conseqüentemente, a conservação ambiental.

Portanto, as tentativas das gerações anteriores formam uma resistência, que num primeiro momento parece sucumbir ou enfraquecer, mas que permanece. Apesar disso, elas estejam estão permeadas de conflitos internos e pressões externas, em particular no que respeita ao TQ Curiaú. Aliás, claramente as comunidades da área de várzea também dispõem de potencial riquíssimo de natureza ecológica, econômica, política e cultural, faltando viabilizar mecanismos de interação que possibilitem e incentivem a participação de seus representantes nas tomadas de decisões.

Ao elencar tais evidências, retorna-se aos objetivos desta pesquisa e nota-se que a relação entre cultura e desenvolvimento na APA do Rio Curiaú é deficiente e fragilizada. Percebe-se isso tanto do ponto de vista das estratégias do governo estadual, quanto das ações que surgem endogenamente por parte das comunidades.

Isto reverbera em conflitos que expressam a luta pela imposição das respectivas territorialidades entre os sujeitos envolvidos na (re)produção social nesta UC. São casos em que mecanismos da díade globalização/capitalismo impõem no território local práticas de sobrevivência em contraposição a um modelo prístino construído pelos moradores mais antigos e seus ancestrais. Logo, a própria paisagem demonstra este entrave, como na constatação em campo quando se observou a coexistência de casa de farinha e de aparelhagem.

Na dimensão ambiental, visualizaram-se os resíduos das adoções políticas e econômicas dentro da UC. Tem-se, portanto, a persistência das queimadas e desmatamentos ilegais, invasões na área de várzea e lagos, destinação inadequada do lixo, escassez de recursos da fauna e da flora e poluição visual. Deste modo, a sustentabilidade renova-se enquanto meras intenções que apenas incrementam oralidades em campanhas políticas.

E ainda é incipiente no que se refere à existência de elementos de planejamento local via implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e a valorização cultural. Assim, verificou-se que pela tentativa árdua dos moradores mais antigos, em especial dos afrodescendentes, os vínculos culturais nativos ainda são preservados. Também, as placas que identificam a APA do Rio Curiaú contribuem como se parceiras fossem como perpetuação das raízes culturais originais daquele território.

Longe de encaminhar o desenvolvimento pleno como uma tarefa simples, a conjuntura da pesquisa realizada acumulou noções de como possibilitar o caminho para tal na dimensão territorial da APA do Curiaú. Identificaram-se e compreenderam-se, de modo minucioso e prudentemente, os desdobramentos políticos, econômicos, culturais e ambientais que se materializam nesta UC. Estes são elementos a serem dominados e convertidos sinergicamente em potenciais de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002, 827 fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

AMAPÁ. Planejamento e Zoneamento da APA do Curiaú. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Coordenadoria de Gestão de Unidades de Conservação. Macapá: SEMA, 2010.

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: INDA, J. X.; ROSALDO, R. (Ed..) *The anthropology of globalization: a reader*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.

ARAUJO, M. A. R. *Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

BATISTA, I. M. da S; SIMONIAN, L. T. L. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? *Novos cadernos do NAEA*, Belém, v. 16, n. 1, Suplemento, p. 203-220, jun. 2013.

BELLO, A. A. A fenomenologia. In: BELLO, A. A. *Fenomenologia e ciências humanas: psicologia, história e religião*. Bauru, EDUSC, 2004. p. 49-101.

BOISIER, S. E. *Sociedad civil, participación, conocimiento y gestión territorial*. Santiago de Chile: ILPES, 1997.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia cultural: um século* (3). Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002. p. 83-132.

BRITO, D. M. C. *A construção do espaço público na gestão ambiental de unidades de conservação: o caso da Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú – Amapá*. 2003. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

BRITO, D; DRUMMOND, J. O planejamento e o zoneamento participativos: novos instrumentos de gestão para as unidades de conservação do Brasil (o caso da área de proteção ambiental do rio Curiaú Amapá/AP). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 112-131, set.-dez. 2007.

BUARQUE, S. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. CABALLERO-ARIAS, H. (Post)desarrollo, antropología y estado em Venezuela: la nueva lógica de La participación local. *Espacio Abierto*, Caracas, v. 16, n. 1, p. 135-162, 2007.

CANCLINI, N. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. 2. ed. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2007.

CASTELLS, M. Paraísos comunais: identidades e significados na sociedade em rede. In: *O poder da identidade: a era da informação na sociedade*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 21-92.

CASTRO JÚNIOR, E. de.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-66.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro, EDUERJ: 2001. p. 35-88.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. de A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-111.

COLLINS, R. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 35-55.

COSTA, A. M. D. da. *Festa na cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará*. Belém, 2007.

COSTA, E. A problemática da superação do subdesenvolvimento e a questão da integração regional. IDESP. *Revista de Estudos Paraenses*, Belém v. 2, n. 1, 1-20, fev. 2009.

DIEGUES, A.C. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo, Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2009. p. 95-120.

LEFF, E. *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

MATUS, C. *Adeus Senhor Presidente: planejamento, antiplanejamento e governo*. Recife: Editora Litteris, 1989.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2009. p. 217-228.

MORAES, J. L. A. de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, S. M. de S. (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 123-148.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. *Revista Economia*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2008.

NASH, J. The reassertion of Indigenous identity peoples: Mayan responses to State intervention in Chiapas. *Latin American Research Review*, v. 30, n. 3, p. 7-41, 1995.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. São Paulo: FGV, 1996.

RAFFEISTEIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REA RODRIGUEZ, C. R.; CEBALLOS CHAVEZ, L. A.; VILLASENOR PALACIOS, B. A. Equilibrio sustentable y resistencia social en la cuenca del río San Pedro en Nayarit. *Desacatos*, México, n. 47, p. 116-131, abr. 2015. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607-050X2015000100008 &lng=es&nrm=iso>. Accedido en 06 oct. 2017.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 28-56.

SACK, R. *Human territoriality: it's theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SANTOS, F. J. da C. *Cultura, Territorialidade e Desenvolvimento Local: o caso da APA do rio Curiaú no Amapá/AP*. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SANTOS, F. Políticas públicas e sustentabilidade cultural: uma perspectiva geográfica no Movimento Bregueiro em Belém do Pará. *Revista de Geografia*, Recife, v. 27, n. 2, p. 83-97, mai./ago. 2010.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2009. p. 73-94.

SILVA, F. *Planejamento regional com foco em arranjos produtivos locais: a experiência recente do Estado do Pará*. Belém: NAEA; UFPA, 2009.

SILVA, F. Pólos de inovação tecnológica e planejamento regional no estado do Pará. In: PONTE, M. X. (Org.). *Produção sustentável na Amazônia*. Belém: UFPA, 2011.

SILVA, F. SILVA, L. *História regional e participação social nas mesorregiões paraenses*. Belém, NAEA/UFPA, 2009.

SIMONIAN, L. T. L. Pesquisa em Ciências Humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, 7, Belém, MPEG, v. 1, n. 2, p. 119-134, 2005.

SIMONIAN, L. T. L. et al. de. Floresta Nacional do Amapá: um histórico breve, políticas públicas e (in) sustentabilidade. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010. p. 115-180.

SIMONIAN, L. T. L.; PINTO, P. M.; CAMPOS, R. I. R. de. *Unidades de Conservação em Martírios/Andorinhas: perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas*. Belém: UFPA, 2007.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Texto da Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional. *Série Cadernos da Reserva da Biosfera*, 18. São Paulo, 2000.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.77-116.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

VIERTLER, R. B. A ideia de “sustentabilidade cultural”: considerações e críticas pela antropologia. In: BASTOS FILHO, J. B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. (Org.). *Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade em questão*. Maceió: PRODEMA; UFAL, 1999. p. 17-35.